

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Emaranhado da Eletrobrás	2
Título: Tiro no pé	3
Título: Solução para crise hídrica passa por tarifa mais cara	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: BR propõe pacote generoso a executivos.....	4
Título: Recursos que a Petrobrás distribui para Estados e municípios crescem 50%	6
Título: Maricá e Niterói descartam ostentação	7
Título: Indústria do aço teme ‘inundação’ de importações	9
Título: Ações de siderúrgicas estão em queda na Bolsa	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Movidos por águas passadas	12
Título: Em teste, voluntários sentem mesmo sabor	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Miriam Leitão****Título: Emaranhado da Eletrobrás**

A privatização da Eletrobrás renderá não só R\$ 12 bilhões ao governo este ano, mas livrará as contas públicas de carregarem uma empresa que constantemente dá prejuízo.

Por isso, o projeto é considerado prioritário pela equipe econômica. Quem conhece os números da companhia diz que, sem a venda, ela terá que receber aportes do próximo presidente, no ano que vem. Mas ainda há várias barreiras a serem superadas no Congresso antes que o texto vá a votação.

Na Câmara, o relator do Projeto de Lei (PL) da privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), conta que os aliados do governo estão "desinteressados" no assunto e que é preciso empenho para o PL avançar. Ele se diz moderadamente otimista e acha que a comissão que analisa o tema poderá aprovar o texto na segunda quinzena de abril. Depois disso, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, terá que votar um pedido de urgência para levá-lo a plenário.

— É preciso que o governo tenha mais foco para colocar a bancada para discutir o PL. Dentro da base, tem gente a favor, tem gente contra, mas a maioria está desinteressada — afirmou.

Além do Projeto de Lei, há uma Medida Provisória (MP) no Senado que também trata do assunto e permite a venda, entre outras, da Amazônia Distribuidora, subsidiária da Eletrobrás que dá prejuízos de R\$ 5 bilhões por ano. Relator dessa MP, o ex-ministro de Minas e Energia Eduardo Braga (PMDB-AM) acha que dificilmente o governo conseguirá aprovar o PL antes da MP.

— Se a Medida Provisória não andar, o Projeto de Lei não anda junto. E os calendários de tramitação dos dois projetos são diferentes — explicou.

A visão é a mesma dos analistas da Guide Investimentos Luís Otávio Pereira e Rafael Passos. Eles explicam que o ideal é que a MP seja aprovada antes, para limpar o balanço da Eletrobrás e valorizar o ativo na hora da venda. Um executivo de uma grande empresa do setor de energia enxerga valor na subsidiária da Amazônia. Acha que ela poderá dar lucro, com uma gestão de mercado e longe das interferências políticas. Por isso, acompanha atentamente os desdobramentos no Congresso. O problema é que nada anda na velocidade que o mercado espera.

Sem a privatização, a equipe econômica foi obrigada a bloquear R\$ 12 bilhões do Orçamento deste ano. Esse dinheiro fará falta em várias áreas. Pior do que isso é imaginar o contribuinte financiando mais um socorro à Eletrobrás no ano que vem.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Tiro no pé

Não é preciso ser um Armínio Fraga para saber que, nem sempre, um aumento de imposto resulta numa arrecadação maior. A Petrobras tem um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito, na Baía de Guanabara. Mas ele está... parado devido ao aumento de ICMS, que subiu para 18%. Com isso, o gás importado faz uma viagem maior. Desce num terminal da Bahia e, de lá, vem para o Rio em um duto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: DANIELLE NOGUEIRA

Título: Solução para crise hídrica passa por tarifa mais cara

A única forma de enfrentar o problema da escassez de água e mudar o rumo do caminho que o Brasil vem trilhando é promover o uso racional desse bem, com planejamento e boa gestão das bacias hidrográficas. E a cartilha para se alcançar esse objetivo, dizem especialistas, inclui desde medidas mais complexas como a cobrança pela água captada dos rios e o desenvolvimento de tecnologias de reúso pelas indústrias até campanhas permanentes de conscientização que façam o brasileiro abandonar maus hábitos e se engajar na preservação dos recursos hídricos.

Para deixar de lado aquela mania de tomar banho sem fechar a torneira ou de lavar a calçada com mangueira, a maior parte dos estudiosos do assunto afirma que é preciso que o consumidor sinta no bolso as consequências do mau uso da água. A começar pelas grandes empresas, concessionárias de saneamento, fazendas e indústrias que captam diretamente dos rios. A cobrança pela chamada água bruta está estabelecida apenas em um quarto dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil.

Pedro Jacobi, do Instituto de Energia e Ambiente da USP, considera "ridícula" a tarifa da água — de menos de R\$ 0,02 por m³ em média. Ele diz que os políticos não querem arcar com o ônus da cobrança e lamenta a dificuldade de se calcular "o preço justo". Mas ressalta que cobrar pela água não é o único instrumento para fomentar seu uso racional. Ele defende a integração das políticas públicas e a realização de campanhas de conscientização.

— Não podemos nos preocupar com a água apenas quando o nível dos reservatórios está no tornozelo. A expressão crise hídrica não pode ser retirada da política pública, e isso não é catastrofismo. Além disso, é preciso integrar a política de recursos hídricos com a do uso do solo, por exemplo. Boa parte dos rios tem sua vazão reduzida porque há desmatamento nas margens — afirma Jacobi. Ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e atual presidente da Sabesp, concessionária que atende 368 cidades em São Paulo, Jerson Kelman diz que, para garantir a segurança hídrica, obras são essenciais para conectar bacias vizinhas e levar água a grandes centros, como a capital paulista, que protagonizou grave crise hídrica em 2015.

— Em São Paulo, a disponibilidade hídrica é de 143 mil litros por habitante/ano, muito abaixo do razoável. Não é porque não tem água em São Paulo, mas sim porque tem muita gente. É preciso fazer gestão da demanda e da oferta — afirma Kelman. José Galizia Tundisi, coordenador do grupo de recursos hídricos da Academia Brasileira de Ciências e professor da Universidade Federal de São Carlos, frisa ainda a importância do reúso da água: — Se a coleta e o tratamento de esgoto fossem mais disseminados, o Brasil poderia ter um programa forte de reúso da água, principalmente para a agricultura. Israel faz isso com sucesso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DE SÃO PAULO

Título: BR propõe pacote generoso a executivos

Lista de benefícios inclui bônus de R\$ 500 mil por cabeça em caso de superação de metas ainda não detalhadas

Acionistas também avaliam a distribuição, na forma de dividendos, de 95% do lucro do ano passado, de R\$ 1,15 bi

Em sua primeira assembleia de acionistas após a oferta de ações em bolsa, a BR Distribuidora vai pedir autorização para pagar pelo menos R\$ 1,8 milhão em remuneração variável a seus diretores, cerca de R\$ 370 mil para cada um. O valor

pode subir a R\$ 2,4 milhões, ou R\$ 500 mil para cada, em caso de superação das metas de desempenho.

Na assembleia, marcada para o dia 25 de abril, os acionistas analisarão também proposta de distribuição, na forma de dividendos, de 95% do lucro de 2017, que foi de R\$ 1,15 bilhão.

Após a oferta de ações, realizada em dezembro de 2017, 28,75% do capital da companhia foi transferido a investidores privados. A Petrobras permanece no controle, com os 71,25% restantes.

De acordo com documento enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a inclusão do pagamento de bônus aos diretores eleva em 18,8% a remuneração global dos administradores da companhia, que somará R\$ 18,5 milhões em 2018. O pacote inclui salários, bônus e outros benefícios, como auxílio-alimentação.

A remuneração variável será paga pela primeira vez: foi aprovada em 2017 para dar aos executivos "retribuição pelos esforços na construção dos resultados alcançados, além do caráter motivador para cumprimento dos objetivos estratégicos".

Em salários, os cinco diretores da empresa receberão no ano R\$ 7,2 milhões, uma média de R\$ 1,4 milhão anuais para cada. A empresa diz que não houve reajuste em relação aos salários de 2017.

Para os bônus, o valor máximo previsto é de R\$ 2,4 milhões, quase R\$ 500 mil para cada executivo. Se as metas forem atingidas, o valor mínimo é de R\$ 1,8 milhão, segundo o documento. A companhia não explica quais são as metas.

A BR Distribuidora quer aumentar em 4,1% o valor separado para remunerar dos membros do conselho de administração, que receberão em média R\$ 126 mil durante o ano 2018. Após a abertura de capital, a BR passou a ter dez conselheiros, um a mais do que antes.

O colegiado é composto por conselheiros independentes. Não há participação de executivos da Petrobras. O governo, porém, indicou um nome para aprovação da assembleia do dia 25 de abril: o secretário de Coordenação e Governança de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Ribeiro Soares.

Em 2017, a BR teve seu primeiro lucro desde 2014. Segundo a empresa, o resultado foi provocado por melhora nas margens de lucro e pela redução de provisões. A companhia também foi beneficiada por aporte de R\$ 6,3 bilhões feito pela Petrobras para limpar seu balanço antes do lançamento de ações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / Rio****Título: Recursos que a Petrobrás distribui para Estados e municípios crescem 50%**

Divisão do bolo. Preço do petróleo em alta e produção do campo de Lula, na Bacia de Santos, levaram a estatal a aumentar o repasse de compensações financeiras ao poder público no ano passado, para R\$ 25,2 bilhões, depois de dois anos de queda

Depois de dois anos de crise, o petróleo voltou a engordar o caixa de Estados, municípios e da União. Em 2017, os recursos que a Petrobrás distribuiu para o poder público como compensação financeira pela exploração da commodity cresceram 50% em relação a 2016. Foram repassados R\$ 25,2 bilhões. Dois fatores explicam o aumento: o preço do barril da commodity, que voltou a subir, e o campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, que assumiu o posto de maior produtor no País.

Nos primeiros meses de 2018, o barril oscilou entre US\$ 60 e US\$ 70, o que é motivo de comemoração pela indústria e governos, que preveem resultados ainda melhores neste ano. Em 2014, antes de iniciar a trajetória de queda, o barril estava cotado na casa dos US\$ 100 - chegou a US\$ 30 em 2015. Nos dois anos de baixas cotações, toda indústria petroleira e as economias dependentes do petróleo foram obrigadas a cortar despesas e a se reinventar.

Os fatores externos foram importantes, mas contaram com o empurrão do pré-sal. Passados 11 anos desde que foi descoberto, o campo de Lula, na Bacia de Santos, assumiu o protagonismo antes ocupado pelas grandes áreas produtoras da Bacia de Campos, como Marlim e Roncador, hoje em declínio.

Por causa de Lula, a Petrobrás também ganhou importância no mercado internacional. A empresa passou a exportar mais petróleo, de melhor qualidade e, por isso, mais caro. As demonstrações contábeis de 2017, divulgadas no dia 15 deste mês, demonstram que o volume de óleo vendido no exterior cresceu 32% em um ano e que essa foi a principal influência positiva no resultado financeiro.

Passou a ser mais vantajoso para a petroleira exportar a matéria-prima do que processá-la e produzir gasolina e óleo diesel em suas refinarias, para vender no

Brasil. Com isso, ganhou espaço no exterior, mas perdeu participação interna para importadores de combustíveis.

A área de Lula foi a primeira grande descoberta da estatal no pré-sal. Por ser pioneira, foi contratada ainda sob o regime de concessão, como qualquer outro reservatório de fora do pré-sal. Os contratos que vieram depois foram feitos sob o regime de partilha, que privilegia os repasses à União em detrimento dos municípios. Por isso, Lula é um "tesouro" para os municípios localizados em sua área geográfica de influência - Maricá e Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os repasses são feitos basicamente de duas formas: por meio dos royalties e de participações especiais. O primeiro é uma forma de remunerar a sociedade pela exploração de recursos não renováveis. O segundo é uma compensação financeira extraordinária, que incide apenas sobre grandes volumes de produção, como é o caso do campo de Lula.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Rio

Título: Maricá e Niterói descartam ostentação

Novas ricas dos royalties fogem do erro das cidades que esbanjaram no passado

Do crescimento vertiginoso do supercampo de Lula, na Bacia de Santos, em 2017, nasceram dois "novos ricos" do petróleo - os municípios de Maricá e Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Juntas, as cidades receberam R\$ 1,5 bilhão em compensações financeiras pela exploração dos seus recursos naturais, 130% mais do que em 2016. O dinheiro está sendo destinado a grandes obras que não saíam do papel por falta de caixa dos municípios e eram reivindicações antigas dos moradores.

Além disso, as prefeituras criaram fundos especiais que só vão poder ser acessados no futuro, quando a receita do petróleo se esgotar. Maricá e Niterói querem evitar erros cometidos no passado por cidades do norte fluminense, que ficaram famosas por esbanjar os royalties com projetos supérfluos, "de maquiagem" da paisagem urbana.

São casos como o de Rio das Ostras, que gastou milhões para construir um calçadão de porcelanato em sua orla e como o de Campos dos Goytacazes, que construiu a própria "Disney" e um sambódromo, apesar de não ter tradição em carnaval.

Prefeito de Macaé, que há três anos perdeu para Maricá a liderança num ranking dos mais beneficiados pelos royalties da Petrobrás, Aluizio dos Santos Júnior (PMDB), o dr. Aluizio, diz que se arrepende de não ter investido mais em infraestrutura.

"Dinheiro do petróleo é muito bom, mas passa. Gostaria de ter investido mais em saneamento básico, numa universidade forte. O que fica são as obras de infraestrutura, mobilidade e educação", afirmou.

Risco. Macaé precisou do royalty para sustentar a presença de grandes empresas, como a estatal e as fornecedoras. "Mas municípios menores, que não têm relação direta com o setor e que não têm muitos projetos, acabaram gastando com bobagens. Esse é o risco", destacou Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Com 160 mil habitantes, Maricá foi a cidade que, em 2017, recebeu mais compensações financeiras da Petrobrás. Sua infraestrutura e o acesso a serviços básicos são muito precários. Apenas 4% da população têm acesso a saneamento e 35%, a água potável.

Desde que o dinheiro do petróleo começou a entrar, a prefeitura aproveitou para colocar a casa em ordem, o que inclui desde a construção de um hospital de grande porte a um novo cemitério.

O secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão de Maricá, Leonardo Alves, conta que a prefeitura foi notificada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal porque, sem espaço no cemitério antigo, corpos estavam ficando expostos. Apenas agora, com o dinheiro do petróleo, o problema pode ser resolvido.

"A gente conta que vai receber o dinheiro do campo de Lula por mais 15, 18 anos. Mas não estamos na dependência dessa captação. Não precisamos desse dinheiro para o nosso custeio", disse Alves.

Infraestrutura. Em Niterói, segunda maior economia do Estado do Rio, a lógica é a mesma: o foco são os investimentos em saneamento, pavimentação, educação, saúde e segurança.

Com o dinheiro da Petrobrás, a prefeitura está construindo, por exemplo, estruturas de contenção para evitar deslizamento de encostas de morros, como os que ocorreram em 2010, em que dezenas de pessoas morreram.

No Morro do Estado, na região central do município, a obra é esperada há mais de oito anos. "Moro aqui há 52 anos. É o lugar da minha vida toda. Para mim, é

uma grande coisa essa obra. Essa é minha ida e vinda", diz a moradora Vilma dos Santos, de 79 anos, apontando para as ruas da favela, ao lado de vizinhos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta e Lorena Rodrigues - BRASILIA

Título: Indústria do aço teme 'inundação' de importações

Barreira à entrada do produto nos EUA pode acarretar um desvio das vendas destinadas ao país para outros mercados, como o Brasil

O governo montou um sistema de monitoramento especial para acompanhar, em detalhe e em tempo real, como estão as importações dos produtos atingidos pela decisão dos Estados Unidos de sobre taxar suas compras de aço em 25% e as de alumínio em 10%. A ordem é adotar medidas caso haja oscilações importantes no ingresso desses produtos no Brasil.

Há uma preocupação, no governo e no setor privado, quanto ao que pode acontecer com os produtos que "sobrarem" no mercado com a eventual redução das importações pelos Estados Unidos. Empresas brasileiras de aço e alumínio temem uma inundação e cobram mais proteção.

"É ingenuidade achar que, comum a medida dessas (sobretaxa), as indústrias vão espontaneamente reduzir sua produção", disse o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego. "Elas vão buscar alternativas para desovar sua produção."

O presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo Mello Lopes, disse que, potencialmente, a sobretaxa pode desviar para outros mercados perto de 25 milhões de toneladas de aço importados pelos Estados Unidos. A produção brasileira foi de 34 milhões de toneladas no ano passado.

"Nós somos presa fácil", disse o presidente do conselho do IABr, Alexandre Lyra. Ele se referia ao fato que o governo decidiu, em janeiro passado, não aplicar uma sobretaxa sobre as importações de aço laminado a quente importado da China e da Rússia.

Os ministros que integram a Câmara de Comércio Exterior (Camex) entenderam que havia razões para cobrar uma taxa adicional nos casos analisados, mas preferiram adiá-la por dois motivos principais: as importações estão num volume relativamente baixo por causa da crise, e a medida poderia resultar na elevação do preço do aço, com repercussões em outros produtos industriais.

Paliativos. Lyra disse que o setor ganhou, mas não levou o antidumping. E no momento se encontra sem proteção alguma, num mercado que debate há alguns anos o que fazer com o excedente de produção de aço no mundo.

Na semana passada, em audiência com o presidente Michel Temer, ele pediu que a decisão da Camex seja revista. O setor argumentou que a sobretaxa dos EUA é um fato novo que justifica uma nova discussão. Do ponto de vista do governo, a aplicação do antidumping pode ser revista se houver um aumento expressivo da importação daquele produto específico.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, disse que "a priori" não deve haver essa inundação do mercado brasileiro temida pelas empresas. "Temos um sistema de defesa comercial robusto e reconhecido no mundo inteiro. Temos uma medida antidumping já aprovada no setor de aço, mas suspensa. Caso haja alguma distorção no mercado, atuarmos dentro do devido processo legal", afirmou.

Para o gerente executivo de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo, é cedo para saber se haverá ou não essa inundação. Dependendo da real extensão da sobretaxa dos EUA, pode ser que o país reduza pouco suas compras.

Analistas de mercado também dizem que há risco de uma "inundação" de produto estrangeiro no País. Vitor Suzaki, da Lerosa Investimentos, diz que o movimento pode criar maior competição no ambiente doméstico que já tem apresentado recuperação da demanda, assim como retomada do crescimento do setor automobilístico.

A analista Sabrina Stefane Cassiano, da Coinvalores, no entanto, lembra que a sobretaxa nos Estados Unidos beneficia a Gerdau, pois cerca de 40% de sua receita advém de suas operações no mercado americano. Sabrina ressalta que as demais companhias, entre elas a Usiminas, poderão ser beneficiadas pela alta da demanda doméstica.

Fator China. Com a exclusão temporária de Brasil, Argentina, Austrália, Coreia do Sul e União Europeia da sobretaxa, pelo menos até 1.º de maio, boa parte do fornecimento deverá continuar como está, pelo menos no curto prazo. Ficou claro que o alvo da medida era a China - mas esse não é um problema pequeno.

A China fornece metade do aço e do alumínio importados pelo Brasil. No caso do aço, as compras chegaram a 961 mil toneladas, o que correspondeu a 41,3% do total importado. No caso do alumínio, a China respondeu por 46% das compras brasileiras no ano passado, que totalizaram 155 mil toneladas.

"Tem umas coisas que eu nunca tinha visto", comentou o presidente da Abal. Ele citou como exemplo os cabos de transmissão de energia elétrica. Há alguns anos, eles eram brasileiros. Hoje, predominantemente eles chegam da China. O país respondeu por 92% das importações brasileiras de cabos de alumínio no ano passado. "O Brasil é competitivo no alumínio. Compete com americanas e europeias, mas não com a China S.A.", disse o executivo. / COLABOROU BETH MOREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ações de siderúrgicas estão em queda na Bolsa

Apesar da suspensão de taxas para importação de produto brasileiro, papéis de CSN e Usiminas acumulam baixas no mês

A concessão de isenção de sobretaxas pelos Estados Unidos para as importações de aço do Brasil até o início de maio e a retomada da economia brasileira, sinalizada nos dados de produção e venda no primeiro bimestre, colocaram o setor de siderurgia no foco dos investidores. Apesar do noticiário favorável, no entanto, as ações preferenciais da Usiminas acumulam queda de 11,12% em março, enquanto os papéis ordinários da CSN têm perdas de 15,57%.

A Casa Branca confirmou que vai conceder ao Brasil isenção da tarifa de 25% às importações de aço e 10% para as de alumínio até 1o. de maio. A barreira comercial está suspensa também para Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, México e membros da União Europeia. Segundo a Casa Branca, Donald Trump vai decidir até o fim de abril se a pausa nas restrições comerciais será permanente.

Para o analista Carlos Soares, da Magliano Investimentos, mesmo com a isenção da taxa aos produtos siderúrgicos brasileiros, a taxação das importações nos Estados Unidos traz um risco de desvio de oferta de itens sobretaxados pelos americanos para o nosso mercado e que poderiam afetar os preços praticados internamente. "Seguimos atentos aos desdobramentos das negociações envolvendo as medidas anunciadas recentemente pelo governo americano."

Em alta. A produção brasileira de aço bruto em fevereiro somou 2,714 milhões de toneladas, alta de 5,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados divulgados esta semana pelo Instituto Aço Brasil (IABr). No bimestre, o volume chegou em 5,58 milhões de toneladas e avançou 3,3%. O consumo

aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 3,2 milhões de toneladas no primeiro bimestre de 2018, alta de 12,6%.

O setor de distribuição do produto também divulgou seus números na semana passada. As compras de aço plano feitas pela rede de distribuição em fevereiro nas siderúrgicas subiram 16% em relação ao mesmo mês do ano passado, para 257,8 mil toneladas, segundo o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). / b.m.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paloma Oliveto

Título: Movidos por águas passadas

Parecia um recurso inesgotável. Mas, com os humanos utilizando anualmente 4,6 mil quilômetros cúbicos de água, por volta de 2050, mais de 5 bilhões de pessoas — metade da população global estimada para daqui a três décadas — serão afetadas com a crise hídrica. Diante desse cenário apresentado pelas Nações Unidas no Fórum Mundial da Água, evento que se encerrou sexta-feira em Brasília, ganha força uma alternativa defendida há tempos por cientistas: a reciclagem ou o reúso para abastecimento em diversos setores, da indústria ao consumo humano

Para quem sempre esteve acostumado a ter água limpa ao alcance da mão, a ideia de reaproveitá-la pode não soar agradável. Porém, para 844 milhões de pessoas que, hoje, vivem sem acesso a esse recurso essencial, iniciativas de reúso já são bem-vindas. Em Cingapura, por exemplo, ninguém parece ter achado ruim quando, no fim da década de 1990, o governo anunciou os planos de reciclagem, inclusive para consumo humano.

Cercada de água salgada, a ilha densamente populada é desprovida de aquíferos e, em terra firme, falta superfície suficiente para a coleta e o armazenamento da chuva. Com isso, segundo a Agência Nacional de Água do país asiático, a demanda atual é de 430 milhões de galões por dia — o suficiente para encher 782 piscinas olímpicas. Com uma situação dramática e a estimativa de que, em 2060, a demanda dobre, a ilha tem investido em tecnologia de dessalinização e reciclagem de água potável e não potável. Hoje, o reúso atende 40% das necessidades hídricas de Cingapura. A expectativa é de que, em 40 anos, esse percentual suba para 85%.

O processo que permite que a água usada no vaso sanitário esteja pronta para beber ao sair da torneira é de ponta. Em três passos, o líquido passa por microfiltração, osmose reversa e desinfecção ultravioleta, realizados em usinas

especialmente desenhadas para isso. A qualidade é rigorosamente monitorada, e os indicadores provam a segurança: há menos de 1cfu (unidade de formação de colônia) da bactéria E. coli por 100ml, como exigem os padrões internacionais. “Investir em pesquisa e desenvolvimento é importante para buscarmos soluções inovadoras que melhorem a eficiência do tratamento da água e mantenham nosso suprimento sustentável. Nos últimos anos, temos identificado diversas tecnologias promissoras”, destaca Harry Seah, executivo de Sistemas Futuros e Tecnologia da Agência Nacional de Água de Cingapura.

Irrigação

Reciclar água para beber ainda é incomum. Nos países com tradição de reúso do recurso, as aplicações não potáveis são mais habituais. Em San Francisco, na árida Califórnia, a população enfrenta racionamento desde 2013 e, além das restrições no consumo, o governo local investe na limpeza da água residual para atingir a meta de reduzir a exploração dos recursos hídricos.

Participante de um painel sobre reciclagem no Fórum Mundial de Água, a diretora de recursos hídricos da Comissão de Utilidade Pública do município, Paula Kehoe, conta que, atualmente, San Francisco investe no reúso, principalmente para irrigação de parques e campos de golfe. “Também estamos usando água não potável para limpar as ruas da cidade. Quando construímos nossa nova sede, incorporamos no prédio um sistema de tratamento que permite economizar 65% de água. Muitos desenvolvedores nos procuraram querendo incorporar algo semelhante em seus prédios e em distritos de San Francisco. Então, criamos um programa de água não potável para isso”, diz.

Políticas

O vice-presidente da Associação Internacional de Resíduos Sólidos, Luís Marinheiro, destacou, no painel, que é preciso investir em mais tecnologia de reciclagem da água de forma a tornar a prática comum mundialmente. “Embora 72% da superfície da Terra esteja coberta por água, apenas 3% é própria para consumo e irrigação. A escassez e as secas aumentaram dramaticamente e, provavelmente, se tornarão mais frequentes e mais severas no futuro. É necessário melhorar a tecnologia de reúso”, disse o engenheiro ambiental.

Entre as propostas dos painelistas foi apresentada a ideia de criar uma política de reciclagem da água residual tratada, com metas progressivas a curto, médio e longo prazos. O oficial sênior da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Marlos de Souza, lembrou que, atualmente, uma pequena proporção de água reciclada é usada na agricultura, o setor que, ao lado da indústria, mais consome o recurso. Porém, ele destacou que o meio urbano tem de estar envolvido também. “A agricultura está pronta para o

reúso. Mas as cidades estão? A população precisa estar ciente de que suas casas produzem água e que ela pode ser utilizada.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paloma Oliveto

Título: Em teste, voluntários sentem mesmo sabor

Na Califórnia, anos de seca tornaram popular a ideia de beber água reciclada. Na prática, porém, convencer os consumidores a consumir o produto não é tão fácil. “Parece que o termo ‘água residual’ e a ideia da reciclagem em geral evocam reações de nojo”, diz Daniel Harmon, estudante de psicologia da Universidade da Califórnia em Riverside e autor de um estudo sobre o tema, publicado na edição do mês passado da revista científica *Appetite*. “Temos de tornar a água reciclada menos assustadora para as pessoas que se preocupam com isso, já que ela é uma importante fonte de água agora e no futuro”, observa.

De acordo com Harmon, seis companhias californianas trabalham com o uso potável indireto da água de reúso, quando ela passa por tratamento e é reintroduzida ao lençol freático, de onde volta para o sistema de consumo humano. “Os estudos mostram que a tecnologia de tratamento remove todos os contaminantes. Mas ninguém considerou, até agora, pesquisar sobre o gosto dessa água”, diz.

Para provar que a rejeição à água de reúso é apenas preconceito, o estudante fez um teste com 143 pessoas que tinham de comparar a água engarrafada tradicional à reciclada. Eles tomaram o líquido sem saber a origem das amostras. Depois, deram notas de um a cinco e avaliaram a textura, a temperatura, o cheiro e a cor do líquido. Os voluntários também receberam um copo com água de torneira.

Na avaliação dos resultados, os pesquisadores levaram algumas variáveis em consideração. Uma delas, o DNA. Isso porque existem diferenças genéticas na sensibilidade gustativa, com determinados perfis percebendo o amargor mais intensamente. Além disso, os cientistas consideraram traços de personalidade que ajudaram a determinar a preferência: abertura a novas experiências e neuroticismo (este último caracterizado por ansiedade e insegurança).

No início, eles pensaram que as três amostras receberiam as mesmas pontuações. Porém, uma delas caiu menos no gosto dos participantes: a de torneira. “Achamos que isso é porque a reciclada e a engarrafada recebem processos de tratamento muito semelhantes. Então, têm o gosto parecido”, diz

Mary Gauvain, professora de psicologia e coautora do estudo. Os voluntários mais nervosos e ansiosos expressaram preferência pela água de reúso e pela engarrafada e foram mais negativos com a de torneira. Pessoas abertas a novas experiências gostaram das três. Em conclusão, os pesquisadores sugerem que comparações entre a água engarrafada e a reciclada por osmose podem fazer os consumidores mais favoráveis a tomar água de reúso.

MME / ASCOM .